

Xilogravura do livro *Les songes drolatiques de Pantagruel* (1565), de autoria presumida de François Desprez. Obra em domínio público. Composição visual remixada.

DOSSIÊ ESPECIAL

BIOPOLÍTICA E ANIMALIDADE PRECÁRIA: UM PERCURSO CRUZADO *ENTRE* FOUCAULT E BUTLER

BIOPOLITICS AND PRECARIOUS ANIMALITY: A CROSSED PATH BETWEEN FOUCAULT AND BUTLER

BIOPOLÍTICA Y ANIMALIDAD PRECARIA: UN RECORRIDO CRUZADO ENTRE FOUCAULT Y BUTLER

Marcos Nalli — Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

Luiz Guilherme Nunes Cicotte — Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Londrina (PUC-PR); Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

Submetido em: 28/06/2025
Aceito em: 24/11/2025
Publicado em: 12/01/2026

Como citar: NALLI, Marcos; CICOTTE, Luiz Guilherme Nunes. Biopolítica e animalidade precária: um percurso cruzado entre Foucault e Butler. *(Des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. e59991, jul./dez. 2025.

DOI: 10.53981/destrocos.v6i2.59991

Licenciado sob a CC BY 4.0.

Resumo
O artigo insere-se no campo da filosofia política contemporânea e investiga, a partir das obras de Michel Foucault e Judith Butler, como a vida tornou-se objeto central de saber e poder na modernidade. O objetivo é compreender de que modo a vida foi politicamente constituída como forma de existência precária, a partir do deslocamento do modelo aristotélico do *zoon politikon* para a figura do animal enquanto paradigma epistêmico e técnico. O estudo mostra que, com a emergência da biologia moderna, a vida passou a ser governada por dispositivos normativos que definem o que pode ser reconhecido, protegido ou descartado. Ao incorporar a noção de enquadramento de Butler, evidencia-se que a vida precária é resultado de operações discursivas que determinam sua visibilidade e valor. Conclui-se que a animalidade, longe de ser um dado natural, constitui o índice fundamental da precariedade moderna, operando como chave de inteligibilidade para pensar a vida como vulnerável, governada e, portanto, politicamente exposta. A crítica à essencialização da vida permite vislumbrar uma política mínima fundada na partilha da precariedade, deslocando os critérios de proteção para além do humano e exigindo práticas ético-políticas comprometidas com a sustentação do vivente enquanto tal.

Palavras-chave
Biopolítica; Foucault; Butler; vida precária; animalidade precária.

Abstract
This article is situated within the field of contemporary political philosophy and investigates, through the works of Michel Foucault and Judith Butler, how life became a central object of knowledge and power in modernity. Its objective is to understand how life was politically constituted as a form of precarious existence, through the shift from the Aristotelian model of *zoon politikon* to the figure of the animal as an epistemic and technical paradigm. The study shows that, with the emergence of modern biology, life came to be governed by normative dispositifs that define what can be recognized, protected, or discarded. By incorporating Butler's notion of framing, it becomes evident that precarious life results from discursive operations that determine its visibility and value. The article concludes that animality, far from being a natural given, constitutes the fundamental index of modern precariousness, functioning as a key for understanding life as vulnerable, governed, and thus politically exposed. The critique of the essentialization of life opens the possibility for minimal politics grounded in the shared condition of precariousness, shifting the criteria of protection beyond the human and demanding ethical-political practices committed to sustaining life as such.

Keywords
Biopolitics; Foucault; Butler; precarious life; precarious animality.

Resumen
Este artículo se inscribe en el campo de la filosofía política contemporánea y analiza, a partir de las obras de Michel Foucault y Judith Butler, cómo la vida se convirtió en un objeto central de saber y poder en la modernidad. El objetivo es comprender de qué manera la vida fue constituida políticamente como una forma de existencia precaria, a partir del desplazamiento del modelo aristotélico del *zoon politikon* hacia la figura del animal como paradigma epistémico y técnico. El estudio muestra que, con el surgimiento de la biología moderna, la vida pasó a ser gobernada por dispositivos normativos que definen lo que puede ser reconocido, protegido o descartado. Al incorporar la noción de encuadre de Butler, se evidencia que la vida precaria es resultado de operaciones discursivas que determinan su visibilidad y su valor. Se concluye que la animalidad, lejos de ser un dato natural, constituye el índice fundamental de la precariedad moderna, operando como clave de inteligibilidad para pensar la vida como vulnerable, gobernada y, por lo tanto, políticamente expuesta. La crítica a la esencialización de la vida permite vislumbrar una política mínima fundada en el compartir de la precariedad, desplazando los criterios de protección más allá de lo humano y exigiendo prácticas ético-políticas comprometidas con la sustentación del viviente como tal.

Palavras clave
Biopolítica; Foucault; Butler; vida precaria; animalidad precaria.

Marcos Nalli é pesquisador do CNPq, Professor nos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e Psicologia, ambos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL -PR), Brasil. Suas pesquisas versam principalmente sobre biopolítica em chave foucaultiana e seus interlocutores.

Luiz Guilherme Nunes Cicotte é mestre e doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Estadual de Londrina (PPGFil-UEL). Bolsista CAPES. Professor de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Londrina (PUC-PR).

Introdução

O estatuto da vida na modernidade como objeto de saber, poder e intervenção política constitui uma das questões centrais no pensamento de Michel Foucault. A partir da conhecida inversão da máxima aristotélica – segundo a qual, no homem moderno, é sua vida biológica que se torna questão política – o problema que se impõe é compreender como a vida pode ocupar essa dupla dimensão simultaneamente.[1] Isso implica, neste caso, entender como e sob que condições a naturalidade da vida pode também ser uma questão de poder.

Essa mutação funda-se no advento da biologia como saber moderno, que desloca o modelo vegetal da história natural – centrado na taxonomia – em favor do modelo animal, que introduz o princípio da organização funcional.[2] Conforme descrito por Foucault em *As palavras e as coisas*, esse deslocamento epistêmico retira a vida da ordem fixa da representação clássica e a reinscreve numa lógica dinâmica, histórica, funcional. A partir dessa reconfiguração, a biopolítica emerge como um conjunto de estratégias de poder voltadas à administração da vida da população, agora entendida como corpo-espécie.

Dentro dessa perspectiva, a biopolítica deve ser pensada a partir de sua tecnicidade: ela não apenas regula a vida, mas a constitui como objeto.[3] Trata-se de um a priori histórico que delimita os modos possíveis de inteligibilidade e intervenção sobre o vivente. Como *techné*, nos termos do próprio Foucault, a biopolítica conforma um aparato técnico que recorta a vida como campo empírico, tornando-a mensurável, governável, categorizável.[4] A essa dá-se o nome de fenomenotécnica, no sentido bachelardiano[5] – uma produção técnica da experiência que modela a própria ontologia dos seres vivos.

Dessa concepção decorre uma tese fundamental: a vida é construída como um dado natural. Ela não precede sua captura biopolítica; ela é seu efeito. Fala-se, então, de uma "vida enquadrada" – um enquadramento epistemopolítico que faz da vida tanto valor quanto objeto, condição e produto de racionalidades técnicas e políticas.

Nesse ponto, o debate se encontra com a noção de enquadramento (*framing*) desenvolvida por Judith Butler em *Quadros de guerra*. O enquadramento, para Butler, define quais vidas são reconhecíveis, quais podem ser objeto de luto e proteção, e quais permanecem fora do campo da inteligibilidade ética e política.[6] Assim, o enquadramento biopolítico da vida – como resultado de sua constituição técnico-política – antecipa o que conta como vida e o que pode ser legitimamente abandonado ou destruído.

É precisamente esse horizonte que permite compreender o paradoxo da biopolítica: como pode um poder que se define por "fazer viver" também "deixar

[1] Foucault, *História da sexualidade*, p. 188.
[2] Foucault, *As palavras e as coisas*, p. 293.
[3] Aqui há um ponto a se pensar, e não necessariamente fácil, pois implica admitir uma conexão entre técnica e naturalidade. A pergunta que se coloca é a seguinte: como se constitui um objeto como objeto natural? Como se é aprendido, desde muito cedo, a dicotomizar o que é natural – inato, ignorância, irracional e "sentimental" – e o que é humano – cultura, técnica, saber, razão – ao admitir que nossa concepção é dicotômica, e os termos que ocupam seus polos, é uma construção, uma fenomenotécnica.
[4] Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, p. 239.
[5] Nalli, *A biopolítica como biotécnica*, p. 202.
[6] Butler, *Quadros de guerra*, p. 16.

morrer" ou até mesmo "produzir a morte"? O exemplo do nazismo evidencia como a racionalidade biopolítica pode deslizar para a tanatopolítica, transformando-se em vetor de dessubjetivação e de violência institucionalizada, sem perder sua legitimidade jurídica e racionalidade administrativa. O que está em jogo não é um desvio da biopolítica, mas uma de suas possibilidades imanentes.[7]

Surge, então, uma crítica às leituras pós-foucaultianas da biopolítica[8,9] que ainda tomam a vida como valor anterior, essencial e incondicionado. Contra isso, a vida é tecnicamente constituída, e é justamente nesse gesto de constituição que operam os enquadramentos que Butler visa desestabilizar. A vida, enquanto figura biopolítica, não é uma essência natural, mas uma forma modulada de existência, conformada por um regime tecnopolítico que articula dispositivos como a medicina, a demografia, a higiene e a sexualidade.[10]

Essa análise culmina na proposição de um trinômio conceitual – vida-fenomenotécnica-biopolítica – como chave analítica para compreender tanto a constituição moderna da vida quanto os limites de sua transformação. A vida é conformada tecnicamente, mas pode ser reconfigurada a partir de práticas políticas de resistência que visem desestabilizar os modos de sua objetivação.

Dessa forma, pretende-se investigar como o conceito de enquadramento, tal como desenvolvido por Judith Butler, pode oferecer ferramentas para compreender as ambivalências da biopolítica. Segundo Butler, o enquadramento é suficientemente fechado para estabelecer condicionamentos sobre o sujeito, mas também suficientemente aberto para permitir que esse mesmo sujeito encontre meios de escapar às imposições do sistema. O próprio modo de resistência a um regime opressivo é, paradoxalmente, possibilitado pelas estruturas desse regime. Butler exemplifica isso ao analisar as imagens que vazaram das prisões de Guantánamo e Abu Ghraib, as quais, apesar de produzidas dentro de um sistema de controle, acabaram por denunciar a violência ali cometida. Partindo dessa perspectiva, propõe-se refletir sobre como os mesmos enquadramentos que sujeitam podem conter os elementos para sua própria subversão, abrindo espaço para pensar formas de resistência aos sistemas de coerção e violência. A questão torna-se, portanto, investigar de que maneira os enquadramentos políticos e epistêmicos que nos definem enquanto "animais políticos" – agora compreendidos não apenas à luz da tradição aristotélica, mas como seres viventes cuja vida foi tecnicamente constituída como objeto de saber e de poder – também nos oferecem a possibilidade de tensionamento e transgressão. A vida, nesse sentido, aparece como objeto técnico da biopolítica: ela é organizada, administrada e normatizada a partir de dispositivos que não apenas nos sujeitam, mas que também tornam pensável a liberdade. Assim, a proposta deste trabalho é explorar em que medida nossa constituição enquanto animais – não no sentido clássico de *zoon politikon*, mas enquanto seres biologicamente organizados e politicamente enquadrados – pode nos oferecer, além dos meios de dominação, também meios de resistência, abrindo caminho para pensar modos de subjetivação que escapem, mesmo que parcialmente, à captura biopolítica.

[7] Nalli, *The normative immanence of life and death in foucauldian analysis of biopolitics*, pp. 197-218.
[8] Agambem, *Homo sacer*, s/p.
[9] Esposito, *Bíos*, s/p.
[10] Foucault, *Em defesa da sociedade*, pp. 199-224.

1. A vida como objeto da política

A partir do pensamento de Michel Foucault, o modo pelo qual a vida – em sua forma moderna – se constitui como objeto político fundamental tem como ponto de inflexão o deslocamento do modelo aristotélico do animal político (*zoon politikon*) para a figura do animal enquanto tal, como operador central da modernidade.[11] Nesse processo, a animalidade deixa de ser apenas condição da vida para se tornar seu modelo epistêmico e, por consequência, político. O que está em jogo é a formação de um novo regime de saber-poder que redefine não apenas os modos de governar, mas também os critérios pelos quais algo – ou alguém – pode ser reconhecido como vida.

Essa reorganização conceitual tem como marca central a ruptura com a tradição aristotélica. Em Aristóteles, o homem é definido como *zoon politikon*, isto é, um ser vivo dotado de logos e, por isso, capaz de vida política. A animalidade é, nesse modelo, um pré-requisito natural, subordinado ao *télos* da racionalidade política. A política, portanto, só emerge a partir daquilo que o distingue dos demais viventes. Foucault, ao afirmar que "o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão",[12] não opera uma simples inversão dessa máxima: ele explicita uma mutação no estatuto ontológico da vida e na forma mesma do poder político. A vida deixa de ser condição da política para tornar-se seu objeto direto.[13] A política moderna não parte mais do logos, mas do *bios* enquanto tal.

Essa mutação só se torna possível a partir de uma transformação profunda nos regimes de saber. A emergência da biologia, conforme Foucault descreve em *As palavras e as coisas*, desloca o campo do saber da história natural – onde os seres vivos eram classificados segundo critérios taxonômicos – para a análise funcional e organizacional dos organismos.[14] Esse deslocamento, centrado no modelo animal, reconfigura a vida como uma série de processos, mecanismos e funções, passíveis de mensuração, intervenção e administração.[15] A vida passa a ser entendida não em sua singularidade existencial ou metafísica, mas como objeto técnico, pronto para ser normatizado e governado. É nesse sentido que se constitui o que Foucault nomeia como "positividade da vida" – a vida como aquilo que pode ser objetivado, calculado, gerido.

Esse novo estatuto da vida, porém, não apenas redefine o campo do saber, mas também o campo da intervenção política. Se a vida se torna algo que pode ser conhecido positivamente, ela também passa a ser algo que pode – e deve – ser gerido. É a partir dessa reconfiguração epistemológica que a política passa a incorporar dispositivos específicos de normalização dos corpos e de regulação das populações.[16] O saber biológico, longe de se manter isolado na esfera da ciência, passa a informar diretamente as tecnologias políticas do poder.

[11] Foucault, *História da sexualidade*, p. 188.
[12] Foucault, *História da sexualidade*, p. 188.
[13] Nalli, *De que vida trata a biopolítica?*, p. 95.
[14] Foucault, *As palavras e as coisas*, p. 291.
[15] Foucault, *Em defesa da sociedade*, pp. 199-224.
[16] Nalli, *A biopolítica como biotécnica*, pp. 199-213.

No curso *Em defesa da sociedade*, Foucault aprofunda esse diagnóstico ao demonstrar como a biopolítica se articula com a emergência do racismo de Estado.[17] A questão central torna-se: como um poder que visa fazer viver pode também justificar o deixar morrer ou o fazer morrer? A resposta, segundo Foucault, está no racismo enquanto tecnologia de separação e hierarquização das vidas: é preciso deixar morrer alguns para que outros possam viver. O racismo biológico, assim, não é uma irrupção patológica no corpo do poder moderno, mas um de seus instrumentos fundamentais.

A biopolítica, desse modo, opera segundo um racionalismo técnico que visa à otimização das vidas por meio de sua mensuração e comparação. A introdução da estatística, das curvas demográficas, das análises de risco e das políticas de saúde pública são expressões dessa racionalidade. A vida torna-se um campo de intervenção contínua: monitorada, corrigida, dirigida.

> Seu alvo é algo que não era considerado nem pelo direito nem pela disciplina; seu objetivo é a população (não devendo ser confundida com o indivíduo ou a sociedade): 'A biopolítica trata da população, mas da população como um problema político, ao mesmo tempo científico e político, como um problema biológico e como um problema de poder'. Essa hipótese considera os fenômenos aleatórios que afetam a população em seu meio ambiente (a cidade), o qual é artificial por natureza, embora possa ser determinado por estratégias estatísticas, projetando, assim, medidas preventivas de segurança capazes de regular a vida das pessoas.[18]

Nesse processo, a animalidade retorna como modelo central – não mais como vida natural, mas como vida gestionável, funcional, adaptável. O animal é o paradigma do que pode ser observado, disciplinado e, se necessário, eliminado.

Em *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault já esboça esse movimento ao distinguir dois regimes de poder: o poder disciplinar, que molda e adestra corpos, e o biopoder, que regula e distribui a vida das populações.[19] Esses regimes não são excludentes, mas complementares: o indivíduo é disciplinado enquanto unidade funcional, e a população é regulada enquanto totalidade biológica. A tecnicidade do poder se desdobra, então, em diferentes escalas, atingindo tanto a intimidade dos corpos quanto os grandes fluxos demográficos.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault argumenta que a vida só se torna objeto de saber no momento em que é arrancada da ordem da representação clássica.[20] Ao tornar-se visível como processo e como função, a vida escapa da fixidez essencialista e entra no campo das práticas – práticas discursivas, institucionais, políticas. A biologia moderna, ao descrever o funcionamento dos organismos, fornece à política uma gramática da intervenção. A medicina, a higiene, a urbanização, a demografia: todos esses campos convergem para a constituição da vida como questão política.[21]

Esse movimento de medicalização e biologização da vida é também um processo de produção de normas.[22] A normatividade, em Foucault, não é apenas um

[17] Foucault, *Em defesa da sociedade*, p. 324.
[18] Nalli, *The normative immanence of life and death in Foucauldian analysis of biopolitics*, p. 200, tradução nossa.
[19] Foucault, *História da sexualidade*, p. 145-174.
[20] Foucault, *As palavras e as coisas*, p. 134.
[21] Nalli, *De que vida trata a biopolítica?* p. 109.
[22] Nalli, *The normative immanence of life and death in Foucauldian analysis of biopolitics*, pp. 197-218.

conjunto de leis ou mandamentos, mas uma tecnologia que define padrões de conduta, de saúde, de sexualidade, de produtividade.[23] A norma não reprime: ela orienta, ajusta, corrige. Nesse sentido, o poder moderno é normativo porque é produtivo. Ele não visa apenas conter desvios, mas produzir comportamentos. A vida, assim, é continuamente fabricada e remodelada pelos dispositivos que a governam.

É nesse ponto que a figura do animal ganha relevância conceitual. O animal, enquanto modelo epistêmico, permite à modernidade pensar a vida como um conjunto de processos adaptativos e susceptíveis de controle. Não se trata de uma analogia superficial, mas de uma matriz profunda que informa o próprio modo de conceber o que é um ser vivo. A animalidade, portanto, não está fora da política: ela é sua base técnica. A política moderna não governa sujeitos racionais, mas organismos reguláveis.

Esse diagnóstico torna-se ainda mais inquietante quando se observa que a tecnicidade da biopolítica permite uma contínua gestão da morte.[24] A precariedade, nesse horizonte, não é acidente, mas estrutura. A vida governada é uma vida sempre à beira do abandono. O campo de concentração, como lembra Agamben,[25] é o lugar onde a vida nua se manifesta com toda sua intensidade. Mas Foucault mostra que essa exposição não é exceção: ela é imanente à própria racionalidade do poder moderno.

O diagnóstico de Foucault, contudo, não é fatalista. Ao contrário: ao revelar a constituição histórica da vida como objeto técnico e político, ele abre a possibilidade de pensar formas de resistência.[26] Se a vida é produzida por dispositivos, ela também pode ser desviada, reconfigurada, reapropriada. É nesse ponto que a precariedade deixa de ser apenas um efeito da dominação para tornar-se uma condição de possibilidade da crítica.

A animalidade, ao revelar a base normativa da vida moderna, permite não apenas compreender a ambivalência do biopoder, mas também elaborar estratégias ético-políticas que partam da exposição constitutiva da vida. Em vez de buscar uma ontologia essencial da vida, trata-se de reconhecer sua plasticidade e sua abertura. A política da vida, nesse horizonte, exige práticas que protejam a vulnerabilidade sem totalizá-la, que reconheçam a exposição sem reificá-la, que afirmem a precariedade como espaço de criação coletiva.

Pensar uma política mínima da vida, nos termos aqui reconstruídos, exige portanto: (a) uma genealogia da vida como objeto técnico, centrada na ruptura com o *zoon politikon* e na emergência da biologia moderna; (b) uma analítica da ambivalência do biopoder, capaz de integrar os dispositivos de cuidado e de morte; e (c) uma ética da precariedade, que transforme a vulnerabilidade em fundamento político, e não em destino natural. É esse o legado crítico que Foucault oferece para pensar, hoje, uma política da vida à altura de sua complexidade histórica e de sua urgência contemporânea.

[23] Foucault, *Os anormais*, p. 46.
[24] Nalli, *The normative immanence of life and death in Foucauldian analysis of biopolitics*, pp. 212-213.
[25] Agamben, *Homo sacer*, p. 14.
[26] Nalli, *De que vida trata a biopolítica?*, pp. 211-212.

2. Judith Butler: enquadramento e vida precária

A partir da Modernidade, se a vida é posta em relação à animalidade como modelo, isto se dá em função de um sistema de inteligibilidade e de pensabilidade. Primeiramente, como objeto e questão de conhecimento e, em seguida, também assumindo uma dimensão política, principalmente desde meados do século XIX, culminando no que, conceitualmente, pode ser chamado de biopolítica.

É nesse sentido que se pode considerar a vida desde um tipo peculiar de enquadramento (*framing*), como nos sugere Judith Butler.[27] Mas sob que condições podemos entender um enquadramento? Um enquadramento aponta para a instância, isto é, para o quando (*frame* em inglês), pela qual algo pode ser reconhecido, apreendido, visualizado como tal. O que, em linhas gerais, significa dizer que o modo pelo qual algo é reconhecido não depende exclusivamente de sua condição ontológica, mas de um sistema de relações que permitem ou interditam sua apreensibilidade e inteligibilidade. Num primeiro sentido, trata-se de uma dimensão epistemológica que está em questão para entender o enquadramento. Mas como veremos a seguir, o enquadramento assume outras dimensões que lhe são fundamentais para entender sua pertinência à análise butleriana sobre a vida em geral e, em particular, para sua sugestão analítica de uma vida passível de luto (ou, dito de outro modo, enlutável, que se pode lamentar a sua perda), de uma vida precária.

Segundo Rodrigues,[28] e Rodrigues e Gruman,[29] para construir sua leitura sobre quadros de guerra e vida precária, Butler[30] recorre aos trabalhos de Erving Goffman, ainda que não exclusivamente, principalmente à obra do sociólogo intitulada *Quadros da experiência social*, publicada originalmente em 1974. Para elas, essa recorrência à sociologia de Goffman permite entender de maneira relevante a própria abordagem butleriana ao tema do quadro (*frame*) a partir de uma abordagem com dupla dimensão em torno da inteligibilidade e da ininteligibilidade da vida diante da experiência social. O que significa dizer, em linhas gerais que não se trata, primeiro, de pensar a vida pela vida, como uma espécie de fenômeno atomizado e sem qualquer relação social; ao contrário, trata-se justamente de buscar apreender de que forma a vida pode ser enquadrada (*to be framed*) ao ponto de ser notada ou não, ou até mesmo da ocorrência possível de erros de enquadramento (*misframing*).

Ter em vista essa dimensão relacional inerente ao fenômeno é o que permite entender, desde Goffman, as interações sociais dos indivíduos sempre inseridos em situações específicas que modelam e coagem as mesmas interações.[31] No entanto, não são as interações sociais, por si e em si mesmas, que interessam a Butler, mas as interações a partir de problemas bem concretos com a violência e a guerra, à medida que evidenciam "o complexo e frágil caráter dos vínculos sociais".[32] Em *Vida precária*, ela apresenta com bastante clareza, ainda que em tom de pergunta, qual

[27] Butler, *Quadros de guerra*, s/p.
[28] Rodrigues, *O luto ente clínica e política*, s/p.
[29] Rodrigues; Gruman, *Do abjeto ao não-enlutável*, s/p.
[30] Butler, *Quadros de guerra*, s/p.
[31] Nunes, *Erving Goffman, a análise de quadros e a sociologia da vida quotidiana*, p. 42.
[32] Butler, *Quadros de guerra*, p. 11.

o seu problema que busca enfrentar: "A questão que me preocupa, à luz da violência global recente, é: quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que *concede a uma vida a ser passível de luto*?".[33] O interessante dessas questões, à primeira vista, é que elas sugerem, desde uma semântica até uma ontologia social, que cada um daqueles termos, sozinhos e de modo autossuficiente não valem, não significam e não designam uma situação objetiva. Eles carecem e requerem, a cada vez que são enunciados, condições de sua determinabilidade, que não provêm deles mesmos, mas que lhes são atribuídas. No esforço de responder tais questões, Butler se vê compelida a buscar alguma resposta nas noções de enquadramento e de quadro, pois em suas linhas gerais seu projeto teórico consiste em considerar que o sujeito não é uma natureza pré-existente, mas o resultado de uma configuração social específica pela qual é descrito e determinado a partir de estruturas sociais de poder, de modo a permitir uma ampliação dos sistemas normativos de seu reconhecimento social.[34,35]

Para Butler, os quadros são como que molduras pelas quais, de um ponto de vista epistemológico, se estabelecem as condições de apreensibilidade, ou de sua impossibilidade, de uma vida diante da ameaça de ser lesada ou até perdida. O que implica reconhecer uma segunda dimensão, necessária, que atravessa aquela epistemológica; qual seja: a dimensão política na qual se evidenciam as operações de poder que autorizam ou não e que delimitam as esferas de aparição daquelas vidas, como precárias ou não. Por fim, há ainda uma dimensão ontológica, uma vez que, ao se perguntar o que é uma vida, seu ser é determinado por critérios de seleção e de produção social. Por isso, é desse complexo multidimensional de enquadramento que se podem estabelecer os critérios de reconhecimento de uma vida precária, isto é, de uma vida a ser protegida, uma vez que sua perda produz em nós o fenômeno do luto. Diz Butler expressamente:

> A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida, ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência.[36]

E como Butler já havia observado um pouco antes desta citação, toda ontologia do corpo, que toca no problema da vida, é necessariamente uma ontologia social; quer dizer: não se pode negligenciar a dimensão social e política pela qual se estabelecem os critérios normativos, universalizáveis porque aplicáveis a todos os indivíduos. O que em absoluto é o mesmo que dizer que sua aplicação se dá de maneira igual e equivalente a todos os indivíduos; ao contrário, é preciso atentar que qualquer possibilidade de reconhecimento depende do sistema de regras e normações gerais que regulam os modos de reconhecimento,[37,38] indo numa via de mão-dupla passível de reversibilidades, desde as relações de equivalências mútuas

[33] Butler, *Vida precária*, p. 40, grifos originais.
[34] Salih, *Judith Butler e a teoria queer*, pp. 21-22.
[35] Loyd, *Towards a cultural politics of vulnerability*, p. 102.
[36] Butler, *Quadros de guerra*, p. 16.
[37] Wolfe, *Before the Law*, s/p.
[38] Salzani, *Creaturely biopolitics*, s/p.

até a determinação de uma profunda assimetria ontológica. As normas criam políticas de diferenciação e triagem dos indivíduos, hierarquizando-os em função de demandas sociais diversas estabelecidas como prioritárias ou relevantes e, no limite, em situações de crise (e comoção) social, as demandas consideradas emergenciais. É em função delas que se estabelecem quais vidas são mais viáveis e que merecem proteção, e quais vidas engrossam as fileiras daquelas entendidas como dispensáveis e, por conseguinte, abjetas e não-enlutáveis.[39] E mais uma vez, Butler sentencia: "Todos esses debates envolvem noções contestadas de pessoa e, implicitamente, questões relativas ao 'animal humano' e como essa existência conjuntiva (e cruzada) deve ser compreendida. [...] não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento".[40]

3. Animalidade precária

Dessa feita, para os propósitos gerais deste artigo, é sobre este elemento implícito, isto é, sobre a possibilidade de pensar os sujeitos pelo seu índice de animalidade, como animal humano, que gostaríamos de agora insistir. Afinal, se Butler mesma reconhece esse elemento, em absoluto, quer dizer que ela escapa dele quando busca construir sua análise, seja dos quadros de guerra e mais especialmente quando insiste na tese de se pensar a vida desde sua precariedade e, portanto, de sua condição de ser passível de luto. É preciso em alguma medida continuar com e contra ela, não exatamente em oposição a ela, mas buscando pensar com ela, admitindo a animalidade humana como elemento implícito a uma vida reconhecida como precária.

O que não nos autoriza muito rapidamente a concluir pela animalidade como elemento fundante de uma posição responsiva e de resistência às diversas coações e violências que se deflagram e até se instituem contra as gentes. Há no próprio conceito de animal alguma ambivalência, tudo dependendo dos tipos possíveis de articulação conceitual e estratégica em que tal conceito é inserido, isto é, de seu enquadramento.

Colocar a questão do animal para dentro da cena política é, por um lado, reatualizar a máxima aristotélica sobre o homem como animal político, sem dúvida. No entanto, não quer dizer que se trata de tomar aquela noção exatamente sob as mesmas condições e sob os mesmos critérios normativos. O animal político é o animal que participa ativamente das relações sociais e pelas quais atua na pólis. Mas o modo dessa atuação que permite a caracterização do humano como político não é precisamente sua condição de animal e sim o termo anexo que o qualifica e o especifica frente a outras formas de animais: o que qualifica o homem como animal político é sua capacidade de fala, e de fala racional. Em tal configuração, o infante, o idoso, a mulher, o escravo e o estrangeiro não participavam da pólis grega. E no caso específico de Aristóteles, enquanto estrangeiro em Atenas, naquela pólis em particular, sua condição política não estava previamente dada. O que nos permite a sugestão de que a condição que qualifica especificamente a animalidade do homem não lhe é naturalmente atribuída, e sim socialmente.

[39] Rodrigues; Gruman, *Do abjeto ao não-enlutável*, s/p.
[40] Butler, *Quadros de guerra*, p. 21.

Pensar a política a partir da animalidade, então, deve nos permitir vislumbrar outros aspectos, temas e problemas que assumem relevância política. Pensando no tratamento que Foucault dá ao tema da biopolítica e na recepção e elaboração que Butler faz do tema, é possível conceber que é a articulação da vida como questão política que se torna fundamental. Daí o neologismo "biopolítica", que numa leitura rápida, pode ser entendido como política sobre a vida, ou da vida, de tal modo que outros pensadores, dentre eles, Roberto Esposito[41] insiste na prevalência do segundo de frente ao primeiro, isto é, que em face de uma política que atua sobre a vida faz-se necessária uma política que seja concebida e fundada a partir da vida; dando assim lastro a uma biopolítica afirmativa.

De uma forma ou de outra, uma vez que os temas da vida e da morte se tornam temas caros à política a partir da animalidade, pode-se sustentar que a biopolítica é antes zoopolítica. O que, dessa feita, diferentemente da articulação terminológica aristotélica, é a própria animalidade do humano, ou melhor, dessa vez desde uma articulação butleriana, o enquadramento político contemporâneo, tem configurado a existência política do ser humano não apenas em função de conceitos jurídico-políticos, como cidadania ou sujeito de direito, mas também em função de sua animalidade. Se enquanto ser vivente é a forma de vida do humano que está em questão política, isto se deve não por decorrência, apenas das formas que essa vida assume, e sim porque é a própria vida que se configura politicamente. E é sob a sorte de certo sistema de enquadramento que a decisão política de vida e morte se institui, enquadramento este que configura a vida em não como carente de uma forma, mas como já dotada, de antemão de uma forma, a forma animal: vida é vida animal, ser vivente é ser desde uma animalidade que lhe é inscrita. Por isto, Esposito[42] pode afirmar que:

> [...] o animal, mais do que uma espécie separada da humana e para além disso, é a parte não humana do homem, aquela zona inexplorada, ou aquela fase arcaica, da vida na qual a *humanitas* se dobra sobre si mesma separando através de uma discriminação interna o que pode continuar a viver e o que deve morrer.

Se toda vida (humana) está sob o jugo político, é porque, como advoga Wolfe,[43] todo animal, aí, incluso o humano, é um animal biopolítico. Mas isto se deve, ainda segundo Wolfe, a um arranjo discursivo e não por uma caraterização derivada da natureza. Ora, tal caracterização discursiva pode perfeitamente ser entendida num sentido ampliado como uma articulação tecnológica que estatui uma realidade, isto é, configura uma dimensão ontológica, e a inscreve epistemologicamente sobre corpos e seres viventes diversos, no caso dos animais em geral e, de modo mais particular, dos homens e mulheres. E dessa feita, pode-se admitir à biopolítica uma dimensão tecnológica pela qual a vida se torna um objeto tecnológico pelo qual se delimita todo um domínio empírico, passível de descrição, ordenação e intervenção; ou seja, se instaura um sistema normativo de enquadramento que "recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que

[41] Esposito, *Bíos*, p. 172.
[42] Esposito, *Bíos*, p. 169.
[43] Wolfe, *Before the Law*, s/p.

se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro".[44,45,46] E, desde um gradiente biopolítico é possível acrescentar que não apenas garante discursos como verdadeiros sobre tal objeto; dá inclusive esteio para a adoção de ações estrategicamente políticas de controle dos corpos e dos modos de existência de todo e qualquer ser vivente, particularmente o humano, à medida que sua animalidade está suficientemente demarcada e em evidência à ponto de poder ser objeto de modelagem comportamental e de conduta, preservando-a estrategicamente em conformidade com interesses ou demandas político-governamentais ou, no limite, tornadas abjetas e dispensáveis.

Dessa forma, podemos agora retornar a Judith Butler para, em convergência com seus argumentos sobre a importância de estabelecer critérios de enquadramento para uma vida precária, argumentar sobre a dimensão implícita de tal.[47] Qual seja: uma vida que importa e que deve ser protegida de quaisquer violências é de entrada, mediante o enquadramento – epistemológico, político, ontológico e, podemos acrescentar também, tecnológico – que o condiciona e o constitui, uma vida determinada sob o índice de sua animalidade. Ela é uma vida precária, uma vez que é um animal atingido pela precariedade de sua existência. Não é no corpo de outro ser vivente se não o animal que se inscreve de modo tal claro e inequívoco a possibilidade de sua morte.

A vida precária é a admissão da condição comum – o que, em absoluto, significa dizer que é homogênea e equivalente para todos – de vulnerabilidade:

> [...] há uma concepção mais geral do humano [...] na qual somos, desde o início, entregues ao outro, na qual somos, desde o início, mesmo antes da própria individualização, e em virtude de exigências físicas, entregues a algum conjunto de outros primários: [...] vulneráveis também a um outro tipo de contato, um que inclui a erradicação do nosso ser, de um lado, e o apoio físico para nossas vidas, de outro.[48]

Dessa concepção mais geral do animal humano, Butler se interessa de modo mais veemente não pela possibilidade de engendrar algum mecanismo de inclusão cada vez maior de indivíduos, mas sim como se atribuem critérios de reconhecimento diferenciados, que vão desde a desqualificação de um ser vivente com vida a ser preservada – geralmente em função de um processo complexo de desumanização e, por conseguinte, na sua equiparação com uma espécie de animalização – até a sua proteção como vida a ser protegida a todo custo, mesmo que às custas das vidas de outrem.

> Por conseguinte, os enquadramentos que, efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão devem circular a fim de estabelecer sua hegemonia. Essa circulação reitera ou, melhor dizendo, é a estrutura iterável do enquadramento. Conforme os enquadramentos rompem consigo mesmos para poderem se estabelecer, surgem outras possibilidades de apreensão. Quando esses enquadramentos que governam a condição de ser reconhecido relativa e diferencial das vidas vêm abaixo – como parte do próprio

[44] Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 173.
[45] Cutro, *Technique et vie*, s/p.
[46] Nalli, *A biopolítica como biotécnica*, s/p.
[47] Butler, *Quadros de guerra*, p. 21, p. 35, p. 37.
[48] Butler, *Quadros de guerra*, pp. 51.

> mecanismo de sua circulação –, torna-se possível apreender algo a respeito do que ou quem está vivendo embora não tenha sido geralmente "reconhecido" como uma vida.[49]

A estratégia butleriana e a sua proposta de contribuição reside em pensar a noção de precariedade como algo ao mesmo tempo orientado e pressuposto pelas articulações discursivas que constituem as categorias conceituais de vida e morte como conceitos de validade epistêmica, mas com implicações sociais, políticas e até ontológicas, sem incorrer em algum tipo de antropocentrismo aplicado às ciências da vida e à biologia, uma vez que "não há nenhuma maneira sólida de distinguir, em termos absolutos, o *bios* do animal do *bios* do animal humano".[50] De qualquer modo, ainda para Butler, a noção de precariedade permite-lhe pensar a vida em sua dimensão ontológica, que é, simultaneamente, social, porque compartilhável por todos e todas as gentes, e porque os critérios para a determinação da condição precária de uma vida são critérios sociais e políticos, cujo escopo é "minimizar a precariedade de maneira igualitária".[51] A importância de se pensar assim implica em atentar para a irrelevância de pensar a "vida em si mesma" – no máximo circunscrita aos limites de um corpo individualizado e atomizado – e para a relevância de se atentar para aquelas condições sócio-políticas que permite a uma vida ser socialmente possível, viável e sustentada; uma vida que pode e deve ser vivível e, por conseguinte, em se perdendo, passível de luto.

Ora, mas se Butler argumenta desse modo em prol da tese da precariedade de nossas vidas, é preciso lembrar mais uma vez com ela de que insistir que tal condição diga respeito apenas ao humano é incorrer em certo antropocentrismo e numa cesura questionável, imprecisa e ineficaz quanto à sua determinação entre o humano e os demais animais. A constatação da dimensão natural da morte, ou melhor, a atenção genealógica às categorias de vida e morte – que Butler deliberadamente não explora ou investiga, o que não quer dizer que a desconsidere como elemento fundamental – que revela os dispositivos discursivos e agências conceituais que levaram à sua intima conexão desde o animal, como ser vivente de referência. Pois projetar os conceitos de vida e morte a partir do *bios* animal, não importa qual seja (inclusive o humano, o que torna neste contexto a sua determinação diferencial irrelevante), exige que se projete aqueles conceitos em função de um dinamismo processual e consequencial, donde a pergunta pelas condições ambientais da preservação de um animal é bastante similar àquelas das condições sociais de sobrevivência de uma vida (dessa vez, humana) precária. Então, dessa forma, o animal também é precário. Toda animalidade, uma vez que depende de seu meio para sobreviver e mais para viver, é, portanto, uma animalidade precária. É também dessa condição geral que a vida, toda e qualquer vida, humana ou não, é precária.

4. Conclusão

A investigação partiu da constatação de que a vida, na modernidade, passou a ocupar um lugar central como objeto de saber, poder e intervenção política,

[49] Butler, *Quadros de guerra*, pp. 28-29.
[50] Butler, *Quadros de guerra*, p. 37.
[51] Butler, *Quadros de guerra*, p. 41.

especialmente a partir das análises de Michel Foucault. O deslocamento epistêmico que introduziu o modelo animal como paradigma do saber biológico moderno permitiu que a vida fosse reinscrita em uma lógica funcional, histórica e técnica, abrindo espaço para o surgimento da biopolítica como forma de gestão da vida da população. Nessa perspectiva, a biopolítica não apenas regulou a vida, mas a constituiu como objeto, delimitando os modos possíveis de inteligibilidade e ação sobre o vivente. A vida, portanto, foi construída como um dado natural, resultado de um processo técnico e político de enquadramento, e não como um valor essencial prévio. Esse processo foi pensado como uma produção fenomenotécnica: uma fabricação técnico-política da própria ontologia dos vivos.

Essa abordagem permitiu articular a noção de enquadramento de Judith Butler como chave para compreender as ambivalências da biopolítica. O enquadramento foi entendido como mecanismo que define quais vidas são passíveis de reconhecimento, cuidado e luto, e quais são abandonadas à invisibilidade e à destruição. Tal como evidenciado na análise do nazismo ou das imagens de Guantánamo, demonstrou-se como a biopolítica pode deslizar para uma tanatopolítica, sem romper com sua racionalidade técnica. A crítica às leituras pós-foucaultianas que tomam a vida como essência anterior tornou-se, assim, um ponto de inflexão: compreendeu-se a vida como forma modulada de existência, atravessada por dispositivos políticos e científicos. Ao mesmo tempo, abriu-se o espaço para pensar como esses mesmos enquadramentos podem ser tensionados, desfeitos ou subvertidos por práticas de resistência – inclusive porque os próprios dispositivos de poder contêm, em sua estrutura, os elementos para sua contestação.

Na primeira parte, foi mostrado que, a partir do pensamento de Michel Foucault, a vida assumiu um novo estatuto na modernidade, deslocando-se do modelo aristotélico do *zoon politikon* para o paradigma do animal enquanto tal. Essa mutação não representou apenas uma inversão simbólica, mas uma reorganização profunda no modo como a vida foi constituída como objeto político e epistêmico. O animal, enquanto modelo funcional e adaptativo, passou a fornecer o esquema técnico para a gestão da existência, permitindo à política moderna operar diretamente sobre o *bios*. Nesse processo, a vida deixou de ser condição da política para tornar-se seu alvo direto, gerando um regime de saber-poder que reorganizou os critérios de reconhecimento do que conta como vida.

Foi demonstrado, também, que essa transformação só se tornou possível com o advento da biologia moderna, que substituiu a taxonomia pela análise funcional dos organismos. A vida foi, então, objetivada como processo técnico, mensurável e governável, o que permitiu a emergência da biopolítica como tecnologia de poder voltada à regulação das populações. Dispositivos como a medicina, a demografia e a urbanização passaram a integrar essa racionalidade, fundando uma política que não mais se baseia na lei ou na soberania, mas na norma e na administração da vida. A introdução da estatística, das políticas de segurança e da gestão ambiental consolidou esse novo campo de intervenção sobre os corpos e as populações.

Foi evidenciado, por fim, que a tecnicidade do poder moderno não apenas regulou a vida, mas tornou possível sua exposição constante à morte. A precariedade, nesse contexto, não foi concebida como exceção, mas como elemento estrutural da governamentalidade biopolítica. O animal, como figura central da modernidade, simbolizou essa condição de vida administrável e vulnerável. No entanto, ao historicizar essa constituição técnica da vida, Foucault não produziu um

diagnóstico fechado, mas uma abertura crítica. A partir da própria precariedade, vislumbrou-se a possibilidade de resistência e reconfiguração, indicando que a vida, ao ser produzida, pode também ser desviada e reinventada. Esse deslocamento preparou o terreno para uma política mínima da vida, fundada não na essência, mas na plasticidade e na exposição constitutiva do vivente.

Na segunda parte, foi mostrado que, a partir da modernidade, a vida passou a ser pensada em relação direta com a animalidade, não mais como um fundo natural ou condição de possibilidade da política, mas como seu modelo epistêmico e técnico. Esse deslocamento permitiu que a vida se tornasse uma questão de conhecimento e, progressivamente, de intervenção política, culminando na noção de biopolítica. Para Judith Butler, esse processo implica pensar a vida sob um regime de enquadramento (*framing*), ou seja, um conjunto de condições que tornam algo inteligível, reconhecível ou visível. O que conta como vida – e o que não conta – depende, assim, de um sistema relacional e histórico que estrutura sua apreensibilidade. Foi com base nesse diagnóstico que se compreendeu que a vida não possui um valor intrínseco, mas é mediada por práticas discursivas, normativas e políticas que autorizam ou interditam sua aparição.

Foi analisado, também, que Butler recorreu ao conceito de enquadramento tal como formulado por Erving Goffman, mas o ampliou para abarcar as dimensões éticas e políticas do reconhecimento da vida. Os quadros não apenas moldam a percepção social, mas definem as condições pelas quais uma vida é passível de ser reconhecida como tal, de ser protegida ou de ser lamentada em sua perda. Foi mostrado que esse enquadramento é multidimensional: abrange uma dimensão epistemológica (o que pode ser conhecido como vida), uma dimensão política (quais vidas são autorizadas a aparecer) e uma dimensão ontológica (o que é definido como uma vida). Esse entrelaçamento permitiu compreender como a precariedade de certas vidas não é resultado do acaso, mas produto de operações normativas que distribuem desigualmente o valor e a proteção entre os seres humanos.

Foi, por fim, destacado que, segundo Butler, toda ontologia da vida é atravessada por uma ontologia social. Ou seja, o ser de uma vida é sempre mediado por normas e estruturas de poder que produzem assimetrias ontológicas. Foi a partir disso que se evidenciou como certas vidas são consideradas mais viáveis, mais protegíveis e mais enlutáveis que outras. Essas hierarquias são produzidas e reproduzidas por políticas de reconhecimento que, longe de serem neutras, operam seletivamente, especialmente em contextos de violência, guerra ou crise social. A vida, nesse cenário, aparece não como essência, mas como efeito de um dispositivo de enquadramento que pode tanto expor quanto obliterar, tanto proteger quanto abandonar – e é nesse ponto que se abre a possibilidade crítica de reconfigurar os próprios modos de reconhecer e valorizar o vivente.

Na terceira parte foi mostrado que, ao insistir na dimensão da precariedade como característica fundamental da vida, Judith Butler não elimina – e até pressupõe – a animalidade como elemento constitutivo do sujeito precário. A vida, enquanto passível de luto e proteção, é desde o início uma vida situada sob o índice de sua animalidade. Pensar com e contra Butler, como propôs o texto, significou admitir essa implicação implícita em sua teoria: a vulnerabilidade não é derivada exclusivamente da condição humana, mas da condição de ser animal – condição que, antes de ser natural, foi concebida a partir de operações discursivas e tecnológicas que definem o

que pode ou não ser reconhecido como vida. Assim, a vida precária não é apenas uma figura política entre humanos, mas uma exposição generalizada do vivente, determinada pelas formas do seu enquadramento social, político e epistêmico.

Foi mostrado ainda que o conceito de animalidade, longe de constituir um fundamento originário ou universal para a resistência, carrega ambivalências que dependem de seu enquadramento estratégico e histórico. A proposta de retomar a animalidade como operador político não implicou um retorno à definição aristotélica do homem como *zoon politikon*, mas uma rearticulação crítica do conceito a partir das discussões sobre biopolítica e enquadramento contemporâneo. Foi nesse sentido que se sugeriu que a política moderna não se dirige apenas a sujeitos de direito ou cidadãos, mas também – e de modo decisivo – a organismos viventes cuja forma de vida é definida previamente como animal. A biopolítica, assim, foi compreendida como zoopolítica: a administração técnica da vida, que recorta ontologicamente os corpos desde sua inscrição animal, definindo quem deve viver e quem pode morrer.

Por fim, foi analisado que o enquadramento – tal como operado por Butler – implica uma estrutura iterável, capaz de se manter por sua própria repetição, mas também de se romper, abrindo espaço para novas formas de reconhecimento. Essa abertura permitiu considerar que a animalidade não apenas define a exposição à precariedade, mas também a condição geral da vida enquanto tal. Toda vida – humana ou não – é precária, pois depende de condições materiais e relacionais para ser sustentada. Ao deslocar o foco da "vida em si" para as condições sociopolíticas que tornam uma vida possível e vivível, Butler forneceu uma estrutura crítica que rejeita o antropocentrismo e aponta para uma ética e política da vida compartilhada. Assim, foi possível sustentar que a animalidade precária constitui a base comum de todas as formas de vida, exigindo práticas de proteção que ultrapassem as fronteiras entre humano e não-humano.

Diante do percurso argumentativo empreendido, foi possível articular, a partir das contribuições de Foucault e Butler, uma crítica sistemática à concepção naturalizada da vida, mostrando que seu estatuto moderno é inseparável de tecnologias de saber-poder que a produzem, regulam e expõem à precariedade. A chave para essa crítica esteve no reconhecimento de que a vida é sempre vida enquadrada – tecnicamente, politicamente e normativamente – e que sua forma de existência não pode ser pensada fora da inscrição de sua animalidade. A figura do animal não apenas permitiu compreender como a vida se tornou objeto de intervenção e gestão, mas também ofereceu os elementos conceituais para uma política da vulnerabilidade, centrada na exposição e na partilha do risco de desaparecer. O que está em jogo, portanto, é a possibilidade de pensar a vida não como essência a ser preservada, mas como forma continuamente modulada pelas forças que a constituem e, justamente por isso, como campo estratégico de resistência e reinvenção. A política da vida exige, nesse horizonte, o compromisso com a proteção das formas precárias da existência, não por sua identidade, mas por sua exposição comum à perda – o que só se torna visível quando se admite, enfim, que toda vida é vida animal.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*, Seuil, Paris 1997

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: Quando a vida é passível de luto. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER. Judith. *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CUTRO, Antonella. *Technique et vie*: biopolitique et philosophie du bios dans la pensée de Michel Foucault. Paris: L'Harmattan, 2010.

ESPOSITO, Roberto. *Bíos*: Biopolitica e filosofia. Torino: Einaudi, 2004.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermatina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, I: A vontade de saber. Trad. Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LLOYD, Moya. Towards a cultural politics of vulnerability: precarious lives and ungrievable deaths. *In*: CARVER, Terrell; CHAMBERS, Samuel A. (orgs.). *Judith Butler's precarious politics*: Critical encounters. London: Routledge, 2008. pp. 92-105.

NALLI, Marcos. A biopolítica como biotécnica. *In*: NALLI, Marcos; MANSANO, Sonia Vargas (orgs.). Michel Foucault: *Desdobramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. pp. 199-213.

NALLI, Marcos. De que vida trata a biopolítica?: considerações sobre a inversão foucaultiana da máxima aristotélica. *Revista de Filosofia Aurora*, [S. l.], v. 31, n. 52, 2019. DOI: 10.7213/1980.5934.31.052.DS05. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/24685.

NALLI, Marcos. The normative immanence of life and death in Foucauldian analysis of biopolitics. *Materiali Foucaultiani*, v. III, pp. 197-218, 2014.

NUNES, João Arriscado. Erving Goffman, a análise de quadros e a sociologia da vida quotidiana. *Revista de Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, pp. 33-49, jun. 1993.

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: O problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, pp. 67-84, 2021a.

RODRIGUES, Carla. *O luto ente clínica e política*: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SALZANI, Carlo. Creaturely biopolitics. *In*: CIMATTI, Felice and SALZANI, Carlo (orgs.). *The biopolitical animal*. Endiburgh: Endiburgh University Press, 2024. pp. 252-273.

WOLFE, Cary. *Before the Law*: humans and other animals in a biopolitical frame. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2013.